

**X LEGISLATURA – 4ª SESSÃO LEGISLATIVA  
ACTA Nº 21**

Aos onze dias do mês de Novembro de dois mil e oito reuniu, pelas 17h00, na sala 4 do Palácio de São Bento, a Subcomissão de Turismo, sob a Presidência do Sr. Deputado Mendes Bota (PSD). A reunião contou com a presença dos Senhores Deputados constantes da respectiva folha de registo.

Da Ordem do Dia constavam os seguintes pontos:

1. Audição da Direcção da **Associação dos Industriais de Aluguer de Automóveis sem Condutor** – ARAC.
2. Audição da Direcção da **Associação das Termas de Portugal** – ATP.
3. Programação da **Conferência e das Mesas Redondas**.

No ponto 1 da Ordem do Dia, referente à **Audição da Direcção da Associação dos Industriais de Aluguer de Automóveis sem Condutor – ARAC**, o Sr. Presidente da Subcomissão deu as boas vindas e agradeceu a presença da Direcção da ARAC. Enquadrou a audição no âmbito do Plano de Actividades da Subcomissão para a 4ª Sessão Legislativa, tendo por objectivo ouvir a Confederação sobre as expectativas para a actividade turística em 2009, no contexto da crise e do novo enquadramento jurídico do sector. De seguida, deu conta do modo de condução dos trabalhos, tendo posteriormente dado a palavra à delegação da ARAC.

O Presidente da ARAC, João Brás, apresentou a associação e o seu historial, no contexto da dupla tutela – Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres e a Direcção-Geral do Turismo. Deu conta da importância do segmento do *rent-a-car* sem condutor para o turismo, nomeadamente pelo facto de este segmento ser, frequentemente, o primeiro parceiro em contacto com o turista que chega a Portugal, considerando necessária a cooperação entre os diversos agentes envolvidos.

De seguida, interveio o Secretário-Geral da ARAC, Joaquim Robalo de Almeida, que fez um resumo da actividade desenvolvida pela Associação nos últimos anos. Deu conta das preocupações da ARAC relativamente ao desaparecimento, no Orçamento do Estado para 2009 (OE), da possibilidade de redução do Imposto Sobre Veículos (ISV) no segmento da ARAC. Informou terem sido enviadas exposições da Associação ao Secretário de Estado do Turismo e ao Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais sobre a matéria, dando conta, nomeadamente, das disposições espanholas vigentes para este segmento de actividade. Referiu, ainda, a preocupação da ARAC sobre o aluguer de viaturas de placa estrangeira a turistas, em Portugal (sobretudo em zonas perto da

fronteira). Deu conta que o Turismo de Portugal, I.P. atendeu às necessidades expostas pela ARAC em matéria de formação profissional. Enfim, quanto à promoção, considerou que o segmento do *rent-a-car* deveria ter maior expressão, dado que a aposta pública não o contempla.

O Sr. Presidente agradeceu as informações transmitidas pela delegação da ARAC a passou a palavra aos Grupos Parlamentares.

O Sr. Deputado Hugo Velosa agradeceu as informações e registou as diferenças entre as regras vigentes em Espanha para o segmento do *rent-a-car*, tendo de seguida questionado a ARAC sobre as regras comunitárias vigentes para o sector, as dificuldades existentes em matéria fiscal e a possibilidade de solucionar o problema do ISV em sede de discussão na especialidade do OE, caso o GP do PS anuísse nesse sentido.

A Sra. Deputada Hortense Martins agradeceu a presença da ARAC, enquadrando a audição no seguimento do Plano de Actividades da Subcomissão e conferindo importância à audição das entidades do sector turístico. Tomou nota do problema fiscal apresentado, realçando, porém, a importância da promoção do ambiente subjacente à regra proposta no OE. Relativamente à proposta do Sr. Deputado Hugo Velosa, recordou ser prerrogativa de todos os GP apresentarem propostas de alteração ao OE, tendo informado que o GP do PS analisaria a questão apresentada pela ARAC.

Interveio, igualmente, o Sr. Deputado David Martins, solicitando o envio por parte da ARAC de informação sobre o sector. Solicitou o aprofundamento da questão do encerramento de empresas, bem como das parcerias público-privadas, tendo ainda registado os avanços apresentados pela ARAC em matéria de formação profissional.

O Sr. Deputado José Soeiro registou o problema apresentado em matéria de concorrência e desvantagem fiscal – nomeadamente quanto ao problema apresentado constante do OE, ainda que concordasse com a intervenção da Sra. Deputada Hortense Martins sobre a importância das questões ambientais. Enfim, questionou a ARAC sobre os desenvolvimentos ocorridos em matéria de formação profissional.

O Sr. Presidente da Subcomissão agradeceu as questões colocadas pelos Srs. Deputados e passou a palavra à delegação da ARAC.

O Sr. Presidente da ARAC, João Brás, recordou que a questão do ISV constante no OE penaliza, fortemente, os carros utilizados pelos turistas. Em termos de enquadramento empresarial, apesar das dificuldades existentes, deu conta da existência de boas empresas nacionais no sector.

O Sr. Secretário-Geral da ARAC, Joaquim Robalo de Almeida, deu conta que enviaria posteriormente à SCT diversa informação respeitante à ARAC e à questão

específica constante do OE 2009<sup>1</sup>. Informou, ainda, sobre as metas europeias existentes de emissões de CO<sub>2</sub> (130g para 2011), questionando o porquê de Portugal implementar um valor inferior (120g) já em 2009 e apenas no sector do *rent-a-car* e não nos transportes públicos, por exemplo.

O Sr. Presidente da Subcomissão solicitou o envio da documentação aos serviços da Subcomissão, considerando que a questão fiscal fora devidamente registada pelos Grupos Parlamentares, que tomarão as iniciativas que considerarem oportunas. O Sr. Presidente agradeceu, ainda, as intervenções e questões colocadas pelos Srs. Deputados e todas as informações prestadas pela ARAC e deu por encerrada a audição.

De seguida, foi dado seguimento ao ponto 3 da Ordem do Dia, relativo à **Programação da Conferência e das Mesas Redondas**. Dada a ausência de diversos membros da Subcomissão, foi consensualmente aceite adiar a discussão deste ponto. De seguida, o Sr. Presidente deu conta do convite da Associação de Profissionais de Turismo de Portugal para a participação da Subcomissão de Turismo no Congresso desta Associação, tendo sido consensual solicitar autorização ao Presidente da Assembleia da República para a participação de uma delegação da Subcomissão.

Deu-se posteriormente seguimento ao Ponto 2 da Ordem do Dia, referente à **Audição da Direcção da Associação das Termas de Portugal – ATP**. O Sr. Presidente da Subcomissão começou por dar as boas vindas e agradeceu a presença da Direcção da ATP, enquadrando a audição no âmbito do Plano de Actividades da Subcomissão para a 4ª Sessão Legislativa. Apontou como objectivos ouvir a ATP sobre as expectativas para o turismo em 2009, no contexto da crise e do novo enquadramento jurídico do sector turístico. Deu ainda conta do modo de condução dos trabalhos, tendo posteriormente dado a palavra à delegação da ATP.

O Sr. Presidente da ATP, Eng. José Manuel Romão, agradeceu o convite e deu conta da caracterização e evolução do sector do termalismo e das técnicas termais a partir dos anos 80, e da sua articulação com a promoção do alojamento, restauração, equipamentos desportivos e animação. Recordou que, na sequência da alteração legislativa de 2004, os balneários termais podem agora funcionar ao longo de todo o ano, associando ao serviço clássico as componentes de lazer, bem-estar, beleza, no contexto da promoção de saúde e bem-estar. Considerou a importância da ligação do sector ao sector hoteleiro, aos operadores e às agências de viagem, bem como da articulação com os municípios, nomeadamente ao nível do ordenamento do território e da preservação de parques naturais. Deu conta da importância de aproveitar o QREN, nomeadamente ao nível da promoção de diferentes tipos de turismo (de natureza, desportivo e de saúde), de modo a assegurar níveis de competitividade, capacidade de inovação e a qualidade da água como elemento de criação.

---

<sup>1</sup> Os elementos foram enviados e fazem parte do espólio da SCT, podendo ser consultados.

O Sr. Vice-Presidente da ATP, Dr. António Espírito Santo Salgado, apresentou a Direcção da ATP presente, representativa de termas de todo o país, considerando, igualmente, que a alteração legislativa ocorrida em 2004 permitiu às termas tornarem-se um produto turístico (e não apenas como produto médico), sendo necessário assegurar o desenvolvimento equilibrado nas zonas dos aquíferos em torno das termas, condicionante em termos de ordenamento do território (estando para tal em conversações com a Direcção-Geral de Energia e Geologia sobre os perímetros de protecção dos aquíferos que servem as termas). Deu conta do conhecimento recente da ATP da possibilidade de utilizar verbas do QREN e do PROVER para a requalificação de diversos equipamentos e localidades do interior, podendo ser uma Associação a apresentar a candidatura para esse efeito. Finalmente, deu conta do diálogo existente com a DG Saúde.

O Sr. Vogal da ATP, Dr. António Palma Figueiredo, deu conta da existência dos programas de turismo sénior e de saúde e termalismo sénior, mas que diversos atrasos ocorridos em 2008 inviabilizam a execução do programa (nas épocas baixas).

O Sr. Vogal da ATP, Dr. António Carlos Figueiredo, considerou que as termas desempenham um papel muito importante de promoção do desenvolvimento do interior do país, não só pelas termas em si, mas pela dinamização do sector da hotelaria, restauração e actividade turística. Finalmente, deu conta do aproveitamento feito pelas termas dos fundos públicos para proceder à sua requalificação.

O Sr. Presidente agradeceu as informações prestadas pela ATP e passou a palavra aos Grupos Parlamentares.

O Sr. Deputado Hugo Velosa registou o optimismo trazido pela ATP e colocou questões sobre o peso da actividade termal no turismo, em matéria de utentes e da sua nacionalidade, bem como sobre a promoção do segmento e da importância do ordenamento do território.

A Sra. Deputada Hortense Martins realçou a importância das termas no turismo e no desenvolvimento do interior, num contexto de promoção da competitividade. Questionou a ATP sobre a alteração da legislação sobre os empreendimentos turísticos e os seus efeitos na actividade das termas, a reorganização das entidades regionais do turismo e o papel dos agentes privados e dos municípios, e os resultados pretendidos com a promoção deste segmento. Questionou, ainda, sobre eventuais medidas legislativas e de diálogo com a tutela para assegurar o ordenamento do território.

O Sr. Deputado José Soeiro realçou a importância das termas no contexto da promoção do património, da diferenciação da oferta turística, da promoção do desenvolvimento do interior e da promoção de investimentos que preservem o meio ambiente. Agradeceu as informações prestadas, que permitem conhecer mais aprofundadamente a actividade com vista a uma melhor fiscalização da acção governativa, desenvolvendo contributos para agilizar soluções.

O Sr. Deputado Melchior Moreira, por seu turno, realçou a requalificação do sector, aliada às novas tecnologias. Questionou a ATP sobre a promoção do termalismo (no contexto do Turismo de Portugal e da importância conferida no PENT), para além da sua componente terapêutica e inserido no turismo de lazer, bem como o papel das Entidades Regionais do Turismo no seu desenvolvimento.

A Sra. Deputada Teresa Venda realçou a importância das termas, considerando que não se deve desvalorizar a componente terapêutica ou preventivo-curativa das termas, sob o risco de se tornarem *spas*, sem elementos distintivos das unidades de promoção de turismo de bem-estar. Questionou a ATP igualmente sobre o financiamento do Estado como participação relativa aos tratamentos em termas.

O Sr. Deputado David Martins registou o valor e potencial das termas, associado à promoção do turismo no interior, questionando a ATP sobre as estratégias de promoção da penetração nos grupos etários mais jovens; a existência de uma central de reservas e, ainda, a existência de um “passaporte” das termas.

O Sr. Presidente agradeceu as questões colocadas e deu a palavra à ATP para responder às questões colocadas.

O Sr. Presidente da ATP, Eng. José Manuel Romão, deu conta que a ATP representa os privados concessionários das termas de Portugal, tendo sido importante a entrada de grandes grupos económicos no sector. Considerou essencial promover uma estratégia futura de promoção do segmento e definição de uma estratégia, nomeadamente a criação de um portal internet que permita funcionar numa rede ibérica. Informou que o perfil dos clientes é, frequentemente, de clientes fidelizados, mais velhos, estando em curso estratégias para captar públicos mais jovens, sobretudo em programas de curta duração ou fim-de-semana. Considerou que as termas têm uma identidade própria, distinta dos *spas*, que não deve ser confundida, no âmbito da qual a água e a sua qualidade devem ser preservadas, dado que são o maior activo das termas. Informou que a ATP pretende promover o termalismo como factor de qualidade de vida e de redução do consumo de fármacos. Considerou que, hoje em dia, registam-se grandes investimentos na área da saúde e do bem-estar, que devem ser aproveitados e potencializados pelas termas. Em termos estatísticos, informou que o turismo de bem-estar representa cerca de 25% do termalismo total (100.000 termalistas por ano), contribuindo para o desenvolvimento do sector do turismo e o desenvolvimento da economia local e regional, de modo especial no interior.

O Sr. Vice-Presidente da ATP, Dr. António Espírito Santo Salgado, acrescentou que as termas devem estar adaptadas para acolher famílias, reforçando a importância da água como activo fulcral ao desenvolvimento da actividade das termas. Informou que a desertificação é menor nos locais onde existem termas, comprovando que estas servem de âncora à fixação de actividades.

O Sr. Vogal, Dr. António Carlos Figueiredo, realçou a fonte de receitas trazida pelas famílias, considerando não ser fácil atrair jovens e famílias com filhos pequenos, factor

que contribui para o tipo de perfil de cliente que têm. Acrescentou que o actual ordenamento do território não se encontra adaptado às necessidades, como se constata pelo processo de desertificação do interior e massificação do litoral.

O Sr. Secretário-Geral da ATP, João Pinto Barbosa, realçou que o perfil de cliente apresentado é o perfil de cliente terapêutico (que é o cliente clássico), muito associado ao tratamento de reumatismo, tipicamente uma patologia que afecta as pessoas mais velhas. Informou que os tratamentos termais são muito pouco participados, não se registando uma actualização as tabelas desde 1991, contrariamente até às disposições da OMs, que reconheceu o termalismo como actividade terapêutica. Informou, adicionalmente, que a ATP trabalha na promoção dos factores de competitividade do segmento, num plano de marketing estratégico, no desenvolvimento de formação profissional e de requalificação da mão-de-obra, na I&D e, ainda, na qualidade e certificação. Finalmente, informou que o segmento representa 600.000 dormidas anuais, o que corresponde a 11% do total de camas (valor que sobe para 30% no Centro do país).

Não havendo mais intervenções, o Sr. Presidente agradeceu todas as informações transmitidas pela ATP. O Sr. Presidente da ATP, Eng. José Manuel Romão, reiterou o agradecimento pelo convite para a audição e deixou documentação variada sobre a ATP e as Termas.

A audição foi gravada, fazendo a gravação parte integrante desta acta.

A reunião foi dada por encerrada pelas 19h50, dela se tendo lavrada a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 11 de Novembro de 2008.

**O PRESIDENTE DA SUBCOMISSÃO**

***Mendes Bota***

Nota: Aprovada na reunião de 5 de Março de 2009.